



GRAMÁTICA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SUJEITO NA ORDEM NEOLIBERAL

GRAMÁTICA DEL SUFRIMIENTO PSÍQUICO: UNA LECTURA PSICOANALÍTICA DEL SUJETO EN EL ORDEN NEOLIBERAL

GRAMMAR OF PSYCHIC SUFFERING: A PSYCHOANALYTIC READING OF THE SUBJECT IN THE NEOLIBERAL ORDER

Jhonatan Relher¹
Wilson Camilo Chaves²
Elizabeth Fátima Teodoro³

RESUMO: Este artigo é um dos resultados de uma Iniciação Científica desenvolvida no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei, ao longo do ano de 2023. Este estudo explora, por meio da lente da psicanálise, como a internalização dos ideais de sucesso individual e autogestão, típicos do discurso neoliberal, contribui para a emergência de novas formas de sofrimento mental. Com base em uma metodologia fundamentada na análise de textos teóricos da psicanálise e estudos culturais, evidenciou-se, a partir do conceito de gozo, que o neoliberalismo molda as formas de subjetivação de maneira que intensifica o sofrimento psíquico. Isso fica perceptível na valorização excessiva da competição, do sucesso individual e da responsabilização pessoal por falhas ou insucessos, demarcando a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas econômicas e sociais vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Gozo; Psicanálise; Sofrimento psíquico; Subjetivação neoliberal.

RESUMEN: Este artículo es uno de los resultados de una Iniciación Científica desarrollada en el Departamento de Psicología de la Universidad Federal de São João Del Rei, a lo largo del año 2023. Este estudio explora, desde la perspectiva del psicoanálisis, cómo la internalización de los ideales de éxito individual y autogestión, característicos del discurso neoliberal, contribuye a la emergencia de nuevas formas de sufrimiento mental. Basado en una metodología fundamentada en el análisis de textos teóricos del psicoanálisis y estudios culturales, se evidenció, a partir del concepto de goce, que el neoliberalismo moldea las formas de subjetivación de manera que intensifica el sufrimiento psíquico. Esto se hace perceptible en la valorización excesiva de la competencia, el éxito individual y la responsabilidad personal por fracasos o infortunios, marcando la necesidad de una reflexión crítica sobre las políticas económicas y sociales vigentes.

PALABRAS CLAVE: Goce; Psicoanálisis; Sufrimiento psíquico; Subjetivación neoliberal.

ABSTRACT: This article is one of the outcomes of a Scientific Initiation project developed at the Department of Psychology at the Federal University of São João del-Rei throughout the year 2023. This study explores, through the lens of psychoanalysis, how the internalization of ideals of individual success and self-management, typical of neoliberal discourse, contributes to the emergence of new forms of mental suffering. Based on a methodology grounded in the analysis of psychoanalytic theoretical texts and cultural studies, it was highlighted, through the concept of jouissance, that neoliberalism shapes forms of subjectivation in ways that intensify psychic suffering. This is evident in the excessive emphasis on competition, individual success, and personal accountability for failures or setbacks, underscoring the need for a critical reflection on current economic and social policies.

KEYWORDS: Jouissance; Psychoanalysis; Psychic suffering; Neoliberal subjectivation.

1 INTRODUÇÃO

¹ Psicólogo formado pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: jhonatan.relher@gmail.com

² Doutor em Filosofia pela UFSCar-SP. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (NUPEP-DPSIC-UFSJ). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ-MG. Email: camilo@ufsj.edu.br

³ Psicóloga graduada pela UEMG-Divópolis. Mestre e doutoranda em Psicologia pela UFSJ-MG, linha de pesquisa Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Psicologia. Email: elektraliz@yahoo.com.br

O médico austríaco, Sigmund Freud, conhecido como criador da psicanálise, propõe um novo modo de compreensão da subjetividade alicerçado na concepção de clivagem do sujeito, isto é, o inconsciente a partir de uma divisão na psique, em detrimento da consciência. A psicanálise, dessa forma, mostra-se como uma teoria e prática clínica que trata do sujeito em sua singularidade ao se posicionar diante dessa clivagem (Garcia-Roza 1985). À medida em que se coloca nesse lugar de escuta, busca-se por um sujeito desejante que está para além das definições racionalistas do “eu sou” e “eu penso” (Lacan, 1958/1998), mas que se expressa naquele discurso que se mostra estranho e, portanto, revela algo da verdade do sujeito.

Embora se detenha aos assuntos de caráter subjetivo, Freud se lança às problemáticas relativas à constituição da civilização e suas exigências de renúncia pulsional, como as pulsões sexuais e agressivas, tendo em vista a manutenção da coesão social (Quinodoz, 2007). Se, por um lado, esses conflitos fazem parte de uma realidade exterior, no psiquismo, eles se manifestam por meio das exigências conflitivas entre o Supereu e o Eu (Freud, 1930/2020). É nesse contexto que Assoun (2012) pensa a psicanálise como uma verdadeira teoria da cultura.

Na medida em que o desejo é intrincado socialmente por meio da linguagem, o modo por meio do qual os sujeitos investem libidinalmente seus vínculos sociais, mobilizam-se tanto representações imaginárias, quanto expectativas de satisfação, evocando dinâmicas psíquicas e (im)possibilidades sociais. Assim, ao internalizar os processos culturais, constrói-se uma profunda relação com os dispositivos de sofrimento e adoecimento, em detrimento das exigências culturais, como já apontava Freud (1908/2020) em “A moral sexual ‘cultural’ e a doença nervosa”.

Nessa esteira de pensamento, compreendemos desde Freud a possibilidade de a psicanálise ser um meio pelo qual podemos examinar a gramática do sofrimento psíquico, a partir da dinâmica social que se apresenta hodiernamente. É nessa linha de raciocínio que posteriormente as conceituações e ensino do psicanalista francês, Jacques Lacan, apontam que o fazer da psicanálise está imbricado ao discurso social e nele se dá. Compreender, portanto, a ordem neoliberal e suas sentenças, permite, assim, analisar as exigências culturais internalizadas pelos sujeitos e suas relações com o adoecimento psíquico na sociedade hodierna.

Por esse viés, observamos o capitalismo enquanto forma de dominação envolta em crises a partir das suas próprias contradições internas (Fraser, 2018), de modo que a crescente intersecção entre as esferas público e privada, marca a formação de crises políticas, econô-

micas, ambientais e de reprodução social. Entende-se, com isso, que a introdução dos sistemas econômicos estabelece um ethos de vida. Segundo postularam Dardot e Laval (2016, p. 7), “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Nessa perspectiva, instaura-se o sujeito neoliberal que deve fortalecer seus esforços sobre si, cujo processo de autossuperação visa expandir os limites do sujeito em direção a um sucesso não delimitado e idealizado. Aqui, o desempenho e o fracasso se coadunam visto que ser empresário de si, segundo o discurso neoliberal, pressupõe o compromisso com a autossuperação constante, com metas e ideais a serem buscados e ultrapassados incansavelmente.

A questão que se colocou nesta pesquisa é, portanto, qual o saldo psíquico resultante da tentativa de sustentar esses ideais? Como eles conduzem ao sofrimento psíquico? Buscando responder essas indagações, partimos do conceito de gozo, presente no ensino lacaniano, sob a hipótese de que por meio dele podemos compreender o adoecimento gerado pela comparação do sujeito com um outro ideal, onipotente, próprio do discurso neoliberal, e como o sujeito mesmo estando em um estado de sofrimento é capaz de obter nele satisfação. Assim, objetivamos explorar, através da lente da psicanálise, como a internalização dos ideais de sucesso individual e autogestão, típicos do discurso neoliberal, contribui para a emergência de novas formas de sofrimento mental.

No intuito de alcançar esse objetivo, utilizamos a metodologia de análise teórica que nos possibilitou revisar criticamente as produções teóricas que versavam sobre a formação da concepção de sujeito neoliberal, em observância, principalmente, do ideal de autossuperação e sucesso, permitindo também examinar como tais formações impactam no psiquismo e as suas consequências. Nesse ponto, avaliamos: primeiro, que o conceito de sujeito neoliberal difere substancial e categoricamente da noção de sujeito em psicanálise; segundo, ao tratar-mos a ideia por traz desse conceito, compreendemos que ele se situa tanto como um ideal de sujeito para o neoliberalismo, como um recurso teórico para se entender as dinâmicas conflituosas acerca da produção e leitura do sofrimento contemporaneamente.

Tomamos, por fim, o conceito de gozo presente na obra lacaniana, a partir das bases do Supereu freudiano e no seu enlace com o conceito de ideal do Eu, na produção e satisfação com o sofrimento, de modo que isso nos possibilitasse assimilar os conceitos psicanalíticos que nos permitem apreender sobre os modos de adoecimentos hodiernos, bem como alguns mecanismos psíquicos envolvidos nessa abordagem. Nesse processo, percebemos a necessidade de pensar uma teoria sobre o sofrimento para além dos ditames metapsicológicos que

nos introduzisse a ordem do laço social. Desse modo, na última parte deste texto, tentamos colocar algumas questões que nos perpassaram durante a pesquisa e como nos situamos teoricamente diante delas. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a justificativa desta investigação se ancora na prevalência de adoecimentos mentais relacionados às pressões contemporâneas, evidenciando a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre suas raízes psicossociais.

2 NOTAS SOBRE O SUJEITO NEOLIBERAL

A tentativa de compreensão do sujeito sob a égide neoliberal requer uma leitura da gramática de funcionamento do neoliberalismo para além de um roteiro de pautas econômicas, mas que se engendra nas diversas esferas da vida humana. Há, desse modo, um limiar muito sucinto que, por vezes, é ultrapassado sobre o que podemos considerar de esfera social, política, econômica e privada, nas quais uma imbrica a outra ou, conforme sustentaremos nestas linhas, aquilo que era tido como lei econômica passa a adentrar a vida pessoal de cada ser humano, nos seus diversos ordenamentos. Se acompanharmos a declaração de Margaret Thatcher⁴, a “economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma” (Safatle, 2021, p. 24), podemos perceber que há uma coadunação do caráter econômico à economia psíquica dos sujeitos.

Assim, de acordo com Safatle (2021, p 24-25), “o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social”. Aprofundando mais a sua crítica, o autor demonstra que há, no advento neoliberal, um movimento do social ao psíquico, isto é, passa-se de uma estrutura social conflitiva, na qual que os sujeitos poderiam se mobilizar, para uma performance psiquicamente voltada ao desempenho mercadológico.

Isso se dá a partir de intervenções constantes e reeducação, de modo que os indivíduos se compreendam como “empreendedores de si” enquanto única racionalidade possível. Essa noção pode ser encontrada em obras de diversos pesquisadores, principalmente da escola francesa, que visam apontar como os estatutos gerenciais de empresas começam a eclodir na vida social e individual (Gaulejac, 2007; Dardot; Laval, 2016). Assim, os princípios em-

⁴ Margaret Thatcher (1925-2013) foi uma política britânica líder do Partido Conservador que promoveu reformas baseadas em princípios neoliberais, como a desregulamentação da economia, a privatização de empresas estatais e o enfraquecimento do poder sindical.

presariais de investimento, performance, posicionamento e rentabilidade (Safatle, 2021) são as dimensões pelas quais esse modo de projeto psíquico se depreende por uma internalização generalizada. Ser “empresário de si” pressupõe, pois, o compromisso com a autossuperação constante, com metas e ideais a serem buscados, a tal ponto que a vida seja gerida como uma empresa, segundo a lógica mercantil. Consequentemente, está em questão “uma ‘integração da vida pessoal e profissional’, uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo, que não é mais determinada pelo contrato salarial, mas por projetos que são levados a cabo com diversos empregadores” (Dardot; Laval, 2016, p. 336).

Em outros termos, estamos diante de formas discursivas e institucionais que visam dizer algo sobre cada sujeito, sobretudo narrando-o enquanto um dever-a-ser produtivo em todos os domínios de sua vida. Por outro lado, observamos que esse é um modo precário pelo qual há uma redução da experiência humana, uma vez que a história singular de cada um é colocada em termos comparativos de um ideal inatingível de sucesso e produção. Na perspectiva teórica e de pesquisa dos pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016), vê-se na ocasião neoliberal uma “homogeneização do discurso em torno da figura da empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 326). Por conseguinte, os autores lançam mão da tese de que há um uso de técnicas diversas, cujo objetivo se centra na fabricação de um sujeito unitário, que reúne sob sua insígnia formas plurais de subjetividade.

Não se trata, para Dardot e Laval (2016), das correntes teóricas que visam compreender as relações de dominação por via da disciplina que tornam os corpos e espíritos dóceis, mas sim de um governar sob uma subjetividade que deve ser envolvida inteiramente na atividade cumprida. Depreende-se, portanto, que há uma passagem do homem entendido como objeto passivo de um sistema econômico para sujeito ativo que deve engajar-se e empenhar-se completamente no exercício de sua profissão. Vincula-se “a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (Dardot; Laval, 2016, p. 333). Em seus termos,

a novidade consiste em promover uma ‘reação em cadeia’, produzindo ‘sujeitos empreendedores’ que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizadora, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

Ao examinarem essa nova racionalidade, Dardot e Laval (2016) encontram na personificação do sujeito empresarial, também denominado de sujeito neoliberal ou neossujeito, o reforço do investimento do eu sobre si mesmo, de modo que devam agir para se fortalecer e

sobreviver à competitividade constante. Uma das marcas basilares da fundação desse sujeito é a sua originalidade de fonte de eficácia, por conseguinte, os problemas econômicos tornam-se problemas psíquicos oriundos da falta de motivação na qual ser bem-sucedido é uma questão global da vida humana. Desse modo, a gestão de condutas passa das instituições para o próprio indivíduo, ou seja, torna-se um meio de autocoerção e autoculpabilização.

É interessante evidenciar que essa noção de autoculpabilização relaciona-se com o mal-estar na cultura, que trabalharemos mais adiante, teorizado por Freud (1930/2020, p. 390) ao “colocar o sentimento de culpa como o problema mais importante do desenvolvimento da cultura e de demonstrar que o preço a pagar pelo avanço da cultura é uma perda de felicidade em consequência da intensificação do sentimento de culpa”. Se tomarmos a cultura enquanto vetor do discurso neoliberal, podemos apontar a autoculpabilização como aparentemente sustentável para uma sociedade empreendedora ao custo da perda de felicidade e da saúde mental. O sentimento de culpa se intensificaria, portanto, como resultante da própria incapacidade de alcançar metas cada vez mais inatingíveis, por meio da necessidade constante de autossuperação.

Quando se entende tal princípio para além do desígnio de um modelo a ser seguido, mas também como uma atitude, passa-se a avaliá-lo além do âmbito do trabalho, por exemplo, como um ethos a ser valorizado na criança e no aluno. Percebemos a presença de um mesmo discurso que intenta articular uma determinada perspectiva de homem cujo objetivo está no seio da concepção de ser “bem-sucedido”. Com isso, vê-se duas características peculiares do neoliberalismo, primeiro, a possibilidade de se reunir diferentes relações de poder em um mesmo discurso; segundo, que esse discurso diga de modos de vigilância sobre si mesmo, ou seja, a aplicação de um modo de governabilidade de si. Logo,

A empresa de si mesmo é encontrar um sentido, um compromisso na globalidade da vida”, o que começa cedo - com quinze anos, somos empreendedores de nós mesmos assim que nos perguntamos o que queremos fazer da vida. Toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança mesmo deve ser ‘empreendedora de seu saber’ (Dardot; Laval, 2016, p. 336).

Nesse ponto, toda a atividade realizada pelo indivíduo, através do modelo geral da empresa, concerne a um processo de valorização do eu⁵ a fim de sobreviver na competição (Dardot; Laval, 2016). Não é por acaso que grande parte dos termos para se referir aos processos subjetivos envolvidos nas questões neoliberais são demarcados pelo prefixo “auto” como autoajuda, autoculpabilização, autocoerção e autogestão. A própria estrutura morfológica das palavras denuncia os processos de tensionamento do sujeito sobre si mesmo. Os autores sustentam ainda que isso incide em: não se obstruir o fluxo com coisas do passado, fazer provisões positivas, além de possuir relacionamentos eficazes com os outros, ou seja, “a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados” (Dardot; Laval, 2016, p. 344).

Por esse viés, a causalidade externa, como fatores de desigualdade social, cede lugar à responsabilidade individual e fracasso pessoal em detrimento do desempenho desmedido. É o dispositivo desempenho/gozo, advogam Dardot e Laval (2016), que assimila a dicotomia entre o ser “bem-sucedido” e o sofrimento envolto em tais questões hodiernas. Essa tensão se expressa na identificação do desempenho ao gozo, cujo princípio se rege pelo “excesso” e autossuperação constante, logo, exige-se que o sujeito “produza ‘sempre mais’ e goze ‘sem-pre mais’ e, desse modo, conecte-se diretamente com um ‘mais-de-gozar’ que se tornou sis-têmico” (Dardot; Laval, 2016, p. 355)⁶.

3 O GOZO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

A fim de compreendermos a relação do gozo com o desempenho e sua possibilidade de recair aos termos do sofrimento, retomemos a dinâmica do gozo elaborada por Lacan, a partir do conceito de Supereu presente desde Freud (1923/2011). O Supereu consta como uma instância psíquica, ao lado do Eu e do Isso, formulado por Freud na segunda tópica formalizada em 1923, no texto “O Eu e o Isso”. Considerado majoritariamente inconsciente, o Supereu é o herdeiro do complexo de Édipo, já que ao abandonar os investimentos de objeto e substituí-los por identificação, a criança internaliza no Eu a autoridade parental em sua severidade (Freud, 1924/2020).

⁵ Cabe, neste ponto, introduzir a crítica de Lacan (1954-1955/1985) ao longo do seu ensino à Psicologia do ego, cujo objetivo é tornar o Eu uma instância mais forte, podendo ser estabelecidas relações com a proposta neoliberal de reforço do eu sobre si mesmo.

⁶ Nessa perspectiva, o marketing possui a função de compor o discurso neoliberal, tal como empuxo-ao-gozo, por meio da narrativa das novelas, revistas, mídias digitais e o discurso publicitário de sucesso infundável, isto é, a “posse dos signos e dos objetos do ‘sucesso’, o impossível gozo último” (Dardot; Laval, 2016, p. 361).

Em “O mal-estar na cultura”, observando a capacidade destrutiva humana e a manutenção da civilização, Freud (1930/2020) apresenta o Supereu como instância psíquica capaz de assumir a agressividade introjetando-a e direcionando-a contra o próprio Eu, ao invés de exercê-la contra outros indivíduos. Com base nessa assertiva, pode-se falar sobre o surgimento da consciência moral por meio de duas vias: primeira, do impedimento pulsional que ocasiona a agressão e a segunda, do medo da perda da experiência amorosa que retorna à agressividade para a esfera psíquica, direcionando-a ao Supereu.

Na dinâmica do conflito psíquico, a renúncia pulsional, mediante a lei simbólica, não é capaz de eliminar o desejo, nem mesmo ocultá-lo perante o Supereu; de modo que haja constantemente uma tensão da consciência de culpa (Freud, 1930/2020). Percebe-se, com isso, que os modos de internalização da autoridade, por meio do Supereu, mostram-se, no processo da repressão, um meio pelo qual o adoecimento neurótico é causa de satisfação para o sujeito. Desse modo, “isso faria com que toda afirmação do gozo ligado à satisfação pulsional provocasse, necessariamente, um sentimento de culpa advindo da pressão sádica do Supereu sobre o Eu” (Safatle, 2008, p. 118). E o autor complementa, “sentimento de culpa que não deixa de provocar, como benefício secundário, um modo neurótico de gozo” (Safatle, 2008, p. 118).

Na perspectiva do psicanalista francês, Jacques Lacan (1901-1981), a instância do Supereu conquista outras conotações: enquanto Freud o vincula ao complexo de Édipo e à atividade do ideal do Eu, Lacan postula-o como amoral seguindo o imperativo do gozo, seja obedecendo à Lei ou transgredindo-a (Lacan, 1959-1950/1988). Sciutto (2021), ao aprofundar essa diferenciação, destaca que em Freud “o Supereu é algo da estrutura do indivíduo, herdado, não modificado, imperativo categórico de Kant, herdeiro do Complexo de Édipo”, enquanto em Lacan “o Supereu é um imperativo sobre mim, uma cisão do campo simbólico (A) que impera sobre mim. Sua materialidade é significativa. Uma das formas de isso fala” (Sciutto, 2021, p. 62 – grifos da autora)

Dessa maneira, ainda no início do seu ensino, Lacan (1953-1954/1986) institui que o Supereu e o ideal do Eu podem ser pensados através de uma independência e uma articulação. Na medida em que o primeiro é puro imperativo, tirânico que pune e constrange – “O supereu tem uma relação com a lei, e ao mesmo tempo, é uma lei insensata, que chega até a ser o desconhecimento da lei” (Lacan 1953-1954/1986, p. 123) –, o segundo pode conduzir o sujeito a momentos de exaltação. Logo, “O supereu é constrangedor e o ideal do eu exaltante” (Lacan 1953-1954/1986, p. 123).

Por outro lado, conforme salientam Pena, Moreira e Guerra (2020), essa concepção não isenta o ideal do Eu de uma possível configuração incômoda ao sujeito, visto que a bus-

pelo ideal pode exceder aquilo que o sujeito possa alcançar, gerando a possibilidade de causar opressão e sofrimento. Roudinesco e Plon (1998), por sua vez, observa que o Supereu continua dominante também em Lacan, que o concebe como “a inscrição arcaica de uma imagem materna onipotente, que marca o fracasso ou o limite do processo de simbolização” (Roudinesco; Plon, 1998, p. 746). Diante disso, o Supereu incorpora a falha da função pater-na, já que no filho há a retomada da transmissão psíquica dos pais. Nos termos lacanianos,

É o discurso do meu pai, por exemplo, na medida em que meu pai cometeu faltas as quais estou absolutamente condenado a reproduzir – é o que se denomina supe-rego. Estou condenado a reproduzi-las porque é preciso que eu retome o discurso que ele me legou, não só porque sou o filho dele, mas porque não separa a cadeia do discurso, e porque estou justamente encarregado de transmiti-lo em sua forma aberrante a outrem (Lacan, 1954-1955/1985, p. 118).

Se por um lado, o Supereu freudiano se demarcava pelos mecanismos de repressão, a lei do Supereu lacaniano é articulada pelo imperativo do gozo (*jouissance*). Conforme trabalha no Seminário, livro 20: mais, ainda, ninguém e nada poderia forçar o sujeito a gozar se não o próprio Supereu, ao passo que não delimita qual seria o objeto de gozo, nem mesmo o modo de gozo - apenas o imperativo Goze! (Lacan, 1972-1973/1985). É, portanto, o conceito de “gozo” que possibilita tanto uma compreensão da economia libidinal da sociedade neoliberal de consumo, quanto da apreensão da satisfação pulsional para além do cálculo “prazer/afastamento de desprazer” (Safatle, 2008, p. 132).

O gozo situa-se como uma parte da pulsão de morte, a sua satisfação, que não se atém à dinâmica do princípio do prazer e do princípio da realidade, assim, ao corresponder à pulsão de morte, ele se vincula à destrutividade em um tipo paradoxal de satisfação, expressa, por exemplo, no masoquismo (Dunker, 2016). Nesse ínterim, é possível reconhecer três modalidades de realização pulsional, a saber, “o prazer, aquilo que se obtém ao nível da zona erógena; a satisfação, o que se obtém pela passagem do gozo à cadeia significativa [ao nível próprio ao desejo] e o gozo, aquilo que se obtém na posição de objeto” (Dunker, 2016, p. 69, grifos nossos). Percebe-se, então, que o gozo está atado “à busca da Coisa perdida que falta no lugar do Outro”, que, via de regra, resulta em sofrimento (Roudinesco; Plon, 1998, p. 300).

Já em Freud (1914/2010), havia a percepção de que os pacientes não abandonavam prontamente seus sintomas, pois neles obtinham alguma matriz de inconsciente. Começara a se delinear que o paciente obtinha um gozo com aquele sintoma que se dava compulsivamente por meio da repetição, reinscrevendo-se de formas diferentes. Nota-se aqui que enquanto o prazer é limitado, tem um fim e é parcial, por outro lado, a busca pelo gozo não acei-

ta limites, é absoluta, não admite desprazer, frustração, privação ou castração (Maliska, 2014). Em outros termos,

Para Lacan (1959[1988]), o prazer provoca um alívio da tensão e tem uma circunscrição momentânea, já o gozo busca a constância da força pulsional e tenta elevar a tensão aos seus limites fazendo com que o sujeito busque gozar e, muitas vezes, gozar a qualquer preço. Se o prazer alivia, o gozo tenciona e faz com que o sujeito se direcione em relação ao gozo muito mais do que em relação ao prazer (Maliska, 2014, p. 105).

Desse modo, o gozo se coloca na lei inversa do desejo. Isto pois, o desejo é instituído como uma marca da falta fundamental do sujeito em sua constituição a partir da castração. De outra maneira, na operação subjetiva de separação entre a criança e a figura materna há um resto expelido - o objeto a⁷ - que, embora nunca fosse possuído, torna-se causa do desejo, no sentido de que impele o sujeito a desejar. O gozo, por outro lado, ao recusar a lei e tentar subvertê-la, não admite a falta e pretende torná-la um excesso a fim de gozar. Logo, se o desejo impele a algo novo, o gozo seria aquilo que paralisa o sujeito diante da vida. Nos termos de Lacan (1962/2005, p. 167),

O neurótico nos mostra, com efeito, que precisa passar pela própria instituição da lei para sustentar seu desejo. Mais que qualquer outro sujeito, o neurótico valoriza o fato exemplar de que só pode desejar segundo a lei. Ele só pode dar um status a seu desejo como insatisfeito ou impossível.

Por essa razão, quando há o apagamento da falta – a supressão do desejo – vê-se surgir um gozo atrelado ao sintoma, segundo Maliska (2014). Nele, a questão do sujeito se coloca por meio da tensão entre o gozo e o Outro, concebido como representante simbólico da Lei. Em Lacan, ele aparece como um suposto Outro gozador, ou seja, na perspectiva do sujeito, ele detém um gozo pleno e absoluto: “O sujeito atribui um gozo pleno ao Outro, é sempre o Outro que goza e para ele nada. O sujeito acredita que o gozo do Outro é infinitamente maior e melhor” (Maliska, 2014, p. 114).

Vejamos que nessa posição, articula-se grande fragmento do modo neurótico de sofrimento convocado pela dinâmica do gozo, uma vez que essa diz da singularidade das experiências de satisfação do sujeito. Sustentar essa elaboração acerca do Outro, enquanto não castrado, inteiro, consistente e detentor do gozo ilimitado, convoca esforços do sujeito que

⁷ A concepção de objeto a (petit a, objet a, objet petit a) possui, no ensino lacaniano, função primordial para pensar o sujeito na qualidade de ser desejante. De acordo com a análise de Fink (1998), o objeto a assume, no mínimo, duas faces a partir da década de 1970, primeiro, como desejo do Outro – causa de desejo relacionado à experiência do gozo e as perdas relativas a ele, como o seio, o olhar, a voz – segundo, enquanto resto do processo de simbolização situado no registro do real.

resultam em angústia. Além disso, o sofrimento se intensifica quando se tenta buscar o gozo do Outro e o que se acha é algo da esfera da parcialidade (Maliska, 2014).

Diante das relações teóricas trabalhadas da emergência da dinâmica do gozo, presente no sofrimento psíquico, partindo da concepção do Supereu, pode-se elaborar acerca da relação entre a concepção de sujeito hodierno com a gramática do sofrimento que se apresenta na ordem neoliberal. Conforme apresentam Neves et al. (2021), há uma mudança do pathos liberal para o neoliberal, naquele o sofrimento acontecia por via da privação dos desejos, já neste é a dinâmica do gozo que coloca a posição do sujeito frente à demanda de autossuperação dos seus limites. Em outros termos, a economia de satisfação do sujeito é perpassada por ideais de desempenho que diz sobre como e quando gozar.

A posição do sujeito frente a esse Outro, que tudo pode, de sucesso, investidor, entre outros, tenciona seu gozo e o gozo atribuído a esse Outro. Nesse ponto, podemos retomar ao axioma lacaniano de que o desejo é o desejo do Outro, na interpretação de Dardot e Laval (2016, p. 327), “desde que o poder moderno seja o Outro do sujeito”. Podemos compreender aqui o poder moderno enquanto práticas discursivas e institucionais que funcionam sob a gramática neoliberal. É o que Safatle (2008) aponta ao tecer acerca desse fenômeno em intersecção aos sintomas recorrentes nesse movimento:

Se alguns dos sintomas mais correntes na atualidade são a ansiedade e a depressão, eles talvez nos indiquem resultados da pressão desse supereu vinculado ao puro imperativo do gozo. [...] Enquanto a ansiedade é exigência do desejo de atravessar de maneira cada vez mais rápidas escolhas de objeto, a depressão é exatamente a impossibilidade de vincular-se a uma relação de objeto. Os dois casos podem ser vistos como sintomas diretamente resultantes da introjeção de um supereu que ordena uma injunção de gozo tão forte e incondicional que toda tentativa de realização efetiva será necessariamente um fracasso (Safatle, 2008, p. 137-138).

O que vemos, portanto, é o gozo situado enquanto um excesso de satisfação diferentemente do desejo, nos termos de Coelho (2017, p. 89), “do lado do desejo, o resto pulsional se articula a uma causa para sujeito. No entanto, do lado do gozo, o que se vê é sempre algo que se marca pelo excesso que invade o sujeito, do qual nada consegue, a priori, elaborar”. Dizer que existe uma paridade entre gozo e desempenho, significa apontar que, segundo as leis de desempenho, também não há limites, o princípio é o mesmo de excesso, ou seja, a questão aqui não é a ausência da lei, mas que ela é em favor do “sempre mais”.

Por essa razão, Dardot e Laval (2016) pensam que esse discurso ao mesmo tempo que molda seu sujeito ideal também demarca aqueles que fogem à regra:

O discurso da ‘realização de si mesmo’ e do ‘sucesso de vida’ leva a uma estigmatização dos ‘fracassados’, dos ‘perdidos’ e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social da felicidade. O ‘fracasso social’ é visto, em última instância, como uma patologia (Dardot; Laval, 2016, p. 367).

Não obstante, a questão que se coloca é que, sob o campo do gozo, as concepções sobre uma “vida melhor”, ou sucesso, já estão marcadas pelas próprias posições subjetivas assumidas pelo sujeito ao longo de sua constituição. Dessa maneira, “essas definições são marcadas por dinâmicas e interesses que lhes escapam, mas que lhes chegam como ideais a serem buscados. Ora, o conjunto desses ideais [...] é definido segundo os interesses econômicos da lógica neoliberal” (Neves et al., 2021, p. 147).

Verifica-se que o espaço no qual o sujeito supostamente se coloca para superar a si mesmo, tal como um empresário, sob a insígnia do sucesso e do dever produzir e consumir, é o mesmo no qual ele padece, por não conseguir deter seu objeto/objetivo idealizado. Lá onde ele sofre por não alcançar a dimensão do gozo puro do Outro, ele goza na matriz do seu sintoma, já que “cl clinicamente, o gozo corresponde ao que Freud chamava de ganho primário do sintoma; ganho que responde sempre a um imperativo superegóico” (Dunker, 2016, p. 69).

Nessa perspectiva, pode-se depreender que o indivíduo se torna seu próprio explorador. A cobrança consigo mesmo dispensa qualquer estrutura conflituosa do próprio sujeito, bem como sua condição social, polarizando a vida entre vencedores e fracassados, na medida em que tampona as mazelas psíquicas em nome da superação. Gera-se, à luz dos termos de Han (2017), uma violência neuronal, marcada pelo esgotamento, exaustão e o sufocamento. O sujeito sob a égide neoliberal, desse modo, não é capaz de chegar a uma conclusão, não se instaura, por exemplo, o sentimento de ter alcançado uma meta, pois

A coação de desempenho força-o a produzir cada vez mais. Assim, jamais alcança um ponto de repouso da gratificação. Vive constantemente um sentimento de carência e de culpa. E visto que, em última instância, está concorrendo consigo mesmo, procura superar a si mesmo até sucumbir. Sofre um colapso psíquico, que se chama de burnout (esgotamento). O sujeito do desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem (Han, 2017, p. 85-86).

Delineia-se, destarte, que o sofrimento psíquico evocado pelo dispositivo desempenho/gozo é a manifestação de um discurso patológico engendrado economicamente em todos os âmbitos da vida do sujeito. Acompanha-se de uma pobreza discursiva sobre o sofrimento no laço social, uma vez que o sofrimento se torna cada vez mais individualizado. Nessa esteira de pensamento, a autossuperação, enquanto ideal, na dinâmica do gozo se vincula à incapacidade de se deter a um objeto, somando-se à própria constituição dos conflitos subje-

tivos de cada sujeito. Assim, o que era uma tentativa de bem-estar e sucesso, torna-se um fracasso na realização desse gozo incondicional, ascendendo ao sofrimento psíquico.

4 DO MAL-ESTAR AO SOFRIMENTO

A necessidade de pensar uma teoria psicanalítica sobre o sofrimento psíquico requer retomar as considerações freudianas acerca do mal-estar, para além do binômio bem-estar e de sua distinção categórica do sofrimento. Observamos que no interior do que se poderia denominar de uma psicopatologia da psicanálise, existe uma mudança de paradigma a partir do texto “O mal-estar na cultura” (Freud, 1930/2020), isso porque, segundo Dunker (2015, p. 201), não se trata de refletir sobre a formação de sintomas a partir do “recalcamento e o retorno da angústia como seu fracasso, mas de pensar uma dinâmica maior de fusões e desfusões das pulsões, no interior das quais séries inteiras de sintomas, repetições e sofrimentos são articuladas com processos culturais”.

A concepção de mal-estar permite, portanto, uma teoria que contemple modalidades de sofrimento que se distinguem dos sintomas ou que, até mesmo, com eles se articulem, conforme trabalhamos anteriormente. Freud (1930/2020) introduz de modo sintético três fontes de sofrimento. Primeiro, o próprio corpo, uma vez que está destinado ao declínio; segundo, o mundo externo que se impõe pelo princípio da imprevisibilidade; terceiro, a relação com outros seres humanos. Aposta, ainda, que o sofrimento que provem dessa terceira fonte é o que é sentido de modo mais doloroso. Entretanto, concordamos com o apontamento de Dunker (2015), de que ainda nesse momento não existe uma teoria consistente sobre a noção de sofrimento, dessa maneira, optamos a passar primeiro pela consistência do mal-estar, a fim de, por meio dele, tecermos sobre o sofrimento psíquico.

Após postular a sua famosa tese de que a cultura se sustenta sobre a renúncia pulsional dos sujeitos, Freud (1930/2020) se pergunta sobre quais seriam os meios pelos quais a cultura conseguiria inibir a agressão que a ela se opõe. Para isso, opera com dois conceitos que, por vezes, é difícil distingui-los entre si até mesmo porque operam juntos sob a insígnia metapsicológica do Supereu, são eles o sentimento de culpa e a consciência moral. Vejamos que a questão de fundo dessa experiência definida em termos econômicos de satisfação é a condição premente humana do desamparo e a dependência de outros, ou seja, trata-se aqui da própria experiência da vida em comum e de sua capacidade de fazer laço.

Desse modo, os sentimentos ambivalentes, que se prolongam da relação primordial com o pai⁸ colocam em evidência o sentimento de culpa como “a expressão do conflito de ambivalência, da eterna luta entre Eros e a pulsão de destruição ou de morte” (Freud, 1930/2020, p. 388). Adiante, Freud compila:

O Supereu é uma instância explorada por nós, a consciência moral é uma função que, entre outras, atribuímos a ele, que deve vigiar e julgar as ações e intenções do Eu, exercendo uma atividade de censura. O sentimento de culpa, a rigidez do Supereu, é portanto a mesma coisa que a severidade da consciência moral; ele é a percepção concedida ao Eu, de que ele é vigiado dessa maneira; ele é a estimativa da tensão entre os anseios do Eu e as exigências do Supereu; e o medo dessa instância crítica que está na base de toda essa relação, a necessidade de punição, é uma manifestação pulsional do Eu, a qual, sob a influência do Supereu sádico, tornou-se masoquista, isto é, ela utiliza, para fins de uma ligação erótica com o Supereu, uma parcela da pulsão existente no Eu para a destruição interna (Freud, 1930/2020, p. 393).

Têm-se, portanto, o sentimento de culpa enquanto tensão entre o Supereu severo e o Eu que está submetido às suas exigências que atualiza na massa aquilo que foi iniciado com o pai (Freud, 1930/2020). A intenção do autor é, por fim, demonstrar que no cerne do desenvolvimento da cultura há o seu problema principal, o sentimento de culpa que aumenta proporcionalmente com a perda da felicidade. Isso nos permite chegar à questão do mal-estar, uma vez que se estabelece em Freud a necessidade de compreender em que medida o sentimento de culpa se faz notar pela consciência. Para isso, estabelece-se dois pontos de análise. A princípio, ele recorre à neurose obsessiva na qual o sentimento de culpa se faz latente, “ele domina o quadro patológico, bem como a vida do doente, mal deixando que apareça outra coisa a seu lado” (Freud, 1930/2020, p. 391). Posteriormente, aponta que na maioria das neuroses a dimensão desse sentimento é inconsciente.

O psicanalista austríaco percebe que nesses casos os pacientes apenas sentem o sentimento de culpa como “um mal-estar atormentador, uma espécie de angústia quando são impedidos de realizar certas ações” (Freud, 1930/2020, p. 391). Aprofundando sua tese, ele lança a hipótese de que esse sentimento seja uma variação tópica da angústia que coincide, mais tarde, com o medo do Supereu, esse que se oculta por detrás da variação dos sintomas. Nesse sentido, Freud (1930/2020, p. 392) conclui que “podemos perfeitamente pensar que mesmo a consciência de culpa produzida pela cultura não seja reconhecida como tal, que em

⁸ Pode-se retornar ao estatuto antropológico de “Totem e Tabu” (1912-1913), mas também aos conflitos de natureza edipiana, já que o Supereu é o herdeiro do complexo de Édipo, no qual ao abandonar os investimentos de objeto e substituí-los por identificação, a criança internaliza no Eu a autoridade parental em sua severidade (Freud, 1924/2020).

grande parte permaneça inconsciente, ou venha à luz como um mal-estar, como uma insatisfação para a qual procuramos outras motivações”.

A partir disso, podemos destacar alguns pontos da tese freudiana que são importantes para o nosso problema e objetivo de pesquisa: a) é da pauta cultural⁹, aqui abordamos o social e econômico, a introjeção da formação do Supereu enquanto consciência moral; b) a produção do mal-estar está imbricada às exigências culturais; c) é marca do mal-estar a resistência à nomeação, uma vez que deixa aberta a questão de suas motivações e modos de se explicar sua condição. Com base nisso, sustentamos que as mudanças na gramática da racionalidade social provocam, também, impactos na produção do mal-estar¹⁰, assim como no seu modus de nomeação.

Dunker (2015) em seu “Mal-estar, sofrimento e sintoma”, propõe uma diferenciação substancial, na qual pontua que

o mal-estar não é a própria angústia, mas liga-se a um déficit de percepção da angústia que possui efeitos de inibição e se qualifica como torturante. O tormento, a angústia que se repete, que se remói, a angústia cuja causa, razão ou motivo não se discerne muito bem, pode ser então predicado como mal-estar. Registremos que a noção de mal-estar é apresentada como uma dificuldade de nomeação – é quando não se percebe a culpa que experimentamos como mal-estar (Dunker, 2015, p. 205).

Além disso, lança mão do estatuto linguístico do termo compreendendo-o para além do binômio bem-estar/mal-estar. Propondo pela grafia do termo Unbehagen e pela tradução que permite tanto o ser, quanto o estar, que também seja o mal-estar uma ausência de lugar, uma suspensão no espaço, um pêndulo que oscila entre ir e vir, por fim, uma escansão no ser. Desse modo, pensar o mal-estar requereria, em nossos termos, apontar sua interna exterioridade, marca que se encontra imbricada à constituição do sujeito, ao mesmo tempo que possa aparecer como um infamiliar que lhe invade (Freud, 1919/2019).

Se Lacan (1971-1972/2003) propõe o registro do Real enquanto um impossível que resulta da própria tomada do discurso, apostamos que o mal-estar se apresenta nesses termos. O trabalho de uma análise, por exemplo, seria possibilitar que funcione na ordem do discurso aquilo que se apresenta como pura angústia, ou, em outra esfera, criar modos de narrar cole-

⁹ Nelson da Silva Júnior propõe que o cultural, a partir da virada do século, é imbricado pelo econômico, funcionando sob sua gramática (Safatle; Da Silva Júnior; Dunker, 2018).

¹⁰ “A tese do declínio da autoridade paterna (Lacan, 2003) é outro bom exemplo de como alterações em formas de vida (família patriarcal) implicam reinterpretções da perda das experiências, que implicam reformulações de modos de sofrimento, expressos na contradição entre aspirações de reconhecimento e determinações simbólicas pelas quais estas deveriam se efetuar” (DUNKER, 2015, p. 283).

tivamente as experiências de dor e angústia. Encontramo-nos aqui no campo da tentativa de nomeação.

Associada à função paterna, a nomeação opera na introdução do sujeito na ordem simbólica por meio da autoridade e da cultura. Não obstante, observa-se que o mal-estar se situa fronteiro entre o que deve receber um nome e ao mesmo tempo que pode ser bordeado, mas não nomeado. Poderíamos, portanto, pensar que o nome dado em um diagnóstico faz função de sutura à ordem do mal-estar? Estaria o diagnóstico do lado do mal-estar e não do sintoma? Ou nos termos de Dunker (2015, p. 89), “não seriam as demandas de nomeação, a falsa nomeação (identificação) e o fracasso da nomeação (demanda) o percurso ou o trabalho pelo qual o mal-estar encontra um nome inadequado para expressar o real de que ele é fei-to?” Não seria o diagnóstico todas as tentativas de dar nome ao mal-estar?

Recolocando o nosso problema de pesquisa: não estaria também a gramática neoliberal, expressa em lógicas de manuais diagnósticos – como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) –, na cerebralização da psicopatologia e do imperativo da medicalização, buscando um modo de dizer e de expressar, por vias de identificação, o mal-estar?

Ora, se o mal-estar nos parece carecer de um nome, uma vez que não assinala algo transitório, o sofrimento nos indica uma necessidade de estruturação enquanto uma narrativa, como propõe Dunker (2015), ou, em termos lacanianos, de discurso. Ao retornarmos ao desenvolvimento da teoria clínica psicanalítica, o sofrimento está voltado às experiências conflituosas que fundam e movimentam o sujeito, como trabalhamos no tópico anterior, de modo que encontram modos de se expressar e de se traduzir no discurso. O que vemos, por exemplo, em Observações sobre um caso de neurose obsessiva, “O Homem dos ratos” (Freud, 1909/2013), é uma expressão de como o sofrimento, no caso a dificuldade de decidir casar-se e concluir seus estudos sem antes quitar a dívida herdada de seu pai, pode ser reconhecido na linguagem por meio do discurso e da fala.

Nesse ponto, considerando que a verdade possui “estrutura de ficção”, como trabalha Lacan (1959-1960/1988), no seminário VII, então, apostamos que o tecimento daquilo que é particular ao sofrimento do sujeito estrutura-se como uma narrativa, a partir dos seus pontos de identificação. Por mais que não encontremos diretamente nas obras de Freud e Lacan, uma estruturação própria em torno do conceito de sofrimento, podemos recorrer a alguns psicanalistas do contemporâneo que intentam compreender e operar com esse termo a partir dessa perspectiva teórica.

Dunker (2015) empreende as experiências de sofrimento a partir de três condições: 1º) dependência de atos de reconhecimento; 2º) articulação pela narrativa em demandas transi-vistas; 3º) sua expressão como dialética entre o eu e as situações socialmente elaboradas. A partir de sua leitura da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, para quem a gênese do sofrimento diz respeito sempre à percepção social de anomia e indeterminação, o que Dunker propõe é também a ideia reversa de um sofrimento de determinação. De modo sintético, estamos diante de duas questões que não se reduzem uma à outra, a saber, o excesso de experiências improdutivas de determinação¹¹ e o déficit de experiências produtivas de indeterminação.

Desse modo, não se trata apenas do sofrimento de determinação, mas também de compreender, a partir da diagnóstica psicanalítica, a importância da dimensão produtiva e constitutiva de certas experiências de indeterminação. Nesse ponto, não estaríamos próximos do que se faz um processo de análise diante da cristalização do Eu? Nas palavras do autor, do mesmo modo que experiências de determinação aparecem “como mal-estar na forma de desconfiança, sentimento de solidão e insegurança social, o déficit de experiências produtivas de indeterminação aparece como mal-estar na forma de inadaptação, sentimento de vazio e valorização da anomia social” (Dunker, 2011, p. 123).

Ao nos voltar para os modos contemporâneos de lidar com o mal-estar, seja pela razão dos manuais de classificação diagnóstica, seja pela lógica discrepante de medicalização ou, conforme abordamos em nossa proposta de pesquisa, na busca de um ideal de sucesso inalcançável que sempre visa a autossuperação, encontramos modos de nomeação do mal-estar que não comportam sua função de localização subjetiva. Isso nos permite pensar que se o nome que fora dado fracassa, é possível que apareça a angústia, entretanto, se o nome aparece conformado demasiadamente bem, a experiência da angústia também virá à tona.

Por outro lado, ao pensarmos atualmente sobre as experiências de sofrimento e sua estruturação discursiva que requerem atos de reconhecimento, os modos de narrar o sofrimento passam por uma lógica individualizada, isolando-se das dimensões políticas e coletivas que incidem sobre as formas de vida. Esse processo se dá nos diferentes contextos da vida humana, como exemplo disso há o empobrecimento da experiência da morte como socialização, trabalhado por Calazans e Matozinhos (2021, p. 35) no cenário da pandemia, “enquanto a experiência de morte era uma experiência pública e social, o luto era da comunidade. Quando ela se torna uma experiência privada da família, a continuidade da produção econômica se

¹¹ Nessa condição, encontramos os metadiagnósticos da modernidade propostos, por exemplo, nos trabalhos de Foucault, Marx, Weber, Adorno e Horkheimer, Heidegger e Baumann (Dunker, 2015).

sobressai”. Observa-se que há, portanto, uma tendência econômica de que o sofrimento se torne, cada vez mais, recluso ao sujeito, impossibilitando tanto sua capacidade de localização subjetiva por meio de discurso, quanto pelo declínio da tentativa de fazer laço social a partir do adoecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de nossas análises em torno do conceito de sujeito neoliberal, notou-se que os termos econômicos se fizeram valer da sua própria pluralidade de significados, seja do modo de troca e produção, seja em termos metapsicológicos de satisfação. Entretanto, podemos questionar se em uma mesma era histórica se vivencia apenas um mesmo tipo de subjetividade ou se podem conviver o sujeito disciplinado, conforme trabalha Foucault (2013), juntamente com o sujeito neoliberal. De modo geral, parece-nos ser possível, contudo, o que notamos é a existência dominante do discurso neoliberal ao se engendrar por diferentes lógicas e formas de vida. Isso não significa que todos sejam esse tipo de sujeito ou que se produza apenas segundo esse tipo de subjetividade, mas que, em alguma medida, seu ideal lhes chega por diversos meios, ora pelas mídias eletrônicas, ora pelo discurso dos coach, filmes, séries, ora pelo poder médico psiquiátrico, conforme trabalhamos.

Logo, pensar em termos de economia psíquica é também colocar em trabalho as relações de trocas que se dão no laço social, até mesmo quando elas são atravessadas, de um lado, por um empobrecimento discursivo em comunidade, de outro, por uma lógica de excesso que pode levar à abolição subjetiva. O que notamos no adoecimento contemporâneo é que as formas singulares que cada sujeito encontra para gozar são perpassadas também por uma racionalidade social e econômica que prevalecem o “sempre mais” no menor tempo possível. Nesse ponto, os ideais de sucesso e autossuperação que foram observados nos apontam para mecanismos sucintos que produzem sofrimento.

Acerca dos desdobramentos desta pesquisa, chegamos a um novo tema de pesquisa aprovado no Edital de 2024 da UFSJ, para tratar sobre o real, o gozo e o sofrimento psíquico, cujo objetivo é aprofundar mais sobre o conceito de gozo na obra de Lacan e como ele pode nos ajudar a compreender questões atuais da clínica. Assim, podemos afirmar que este estudo contribui significativamente para o debate acadêmico sobre a saúde mental na sociedade contemporânea, propondo uma reflexão crítica sobre as políticas econômicas e sociais vigentes e seu impacto no bem-estar psicológico do sujeito.

REFERÊNCIAS

ASSOUN, Paul-Laurent. Freud e as ciências sociais: Psicanálise e teoria da cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CALAZANS, Roberto.; MATOZINHO, Christiane. Pandemia e neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

COELHO, Flávia Parizi Pedroso. Gozo, da noção em Freud ao conceito em Lacan: considerações pontuais. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Psicologia) Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). São João del-Rei, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. Tempo Social, v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011. Disponível em: <https://www.acheronta.org/acheronta29/dunker.htm>. Acesso em: 5 nov. 2023.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Por que Lacan. São Paulo: Zagodoni, 2016.

FINK, Bruce. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. Cadernos de Filosofia Alemã: crítica e modernidade, v. 23, n. 2, p. 153-188, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FREUD, Sigmund. Uma moral sexual "cultural" e a doença nervosa moderna (1908). In: _____. Cultura, sociedade, religião: o mal estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: _____. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Sigmund Freud obras completas, v. 12).

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). In: _____. O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Sigmund Freud obras completas, v. 16).

FREUD, Sigmund. Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("O homem dos ratos") (1909). In: _____. Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("O homem dos ratos"),

uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Sigmund Freud obras completas, v. 9).

FREUD, Sigmund. O infamiliar [Das Unheimliche]. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura (1930). In: _____. Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). Em: _____. Cultura, sociedade, religião: o mal estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

GAULEJAC, Vicente de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.

LACAN, Jacques. A direção de tratamento e os princípios de seu poder. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 10: A angústia (1962). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 19: ...Ou pior (1971-1972). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 20: Mais, ainda (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MALISKA, Maurício Eugênio. O gozo na psicanálise: uma articulação com o sintoma e com o sinthome. Tese (Doutorado - Pós-graduação em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128773>. Acesso em: 23 fev de 2023.

MARTINHAGO, Fernanda; CAPONI, Sandra. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, e290213, 2019.

NEVES, A., et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: _____. SAFATLE, Vladimir.; DA SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 125-175.

PENA, Breno Ferreira; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Máris Campos. O supereu em Freud e Lacan: da moralidade à amoralidade, uma gula estrutural. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 23, p. 37-56, 2020.

QUINODOZ, Jean-Michel. Ler Freud: guia de leitura da obra de S. Freud. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel. Dicionário de psicanálise. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: _____. SAFATLE, Vladimir.; DA SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir.; DA SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian. Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Cinismo e falência da crítica. São Paulo: Boitempo, 2008.